



ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA  
COORDENADORIA ACADÊMICA  
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

LEONARDO **RODRIGUES** JULIO DOS SANTOS, Ten Cel Av

**Emprego de unidades da FAB em missões de paz da ONU: estamos treinados para operações de não-guerra?**

Rio de Janeiro

2023

ESCOLA DE COMANDO E ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA  
COORDENADORIA ACADÊMICA  
CURSO AVANÇADO DE COMANDO E ESTADO-MAIOR

LEONARDO **RODRIGUES** JULIO DOS SANTOS, Ten Cel Av

**Emprego de unidades da FAB em missões de paz da ONU: estamos treinados para operações de não-guerra?**

Trabalho de conclusão de curso apresentado,  
como requisito parcial para aprovação, no  
Curso Avançado de Comando e Estado-Maior.  
Linha de Pesquisa: Poder aeroespacial.  
Orientador: Agnaldo dos Santos.

Rio de Janeiro

2023

## RESUMO

Este trabalho propõe uma análise sobre o treinamento realizado pelas unidades aéreas ofertadas a Organização da Nações Unidas (ONU), em caso de possível emprego da Força Aérea Brasileira (FAB) em missões de paz. O objetivo é apresentar os cenários, tarefas e ações que devem ser treinadas e confrontar ao que está sendo treinado hoje. Inicialmente, a pesquisa elucida os fatos ocorridos na experiência brasileira em 1960 no Congo e apresenta o conceito de operações de não-guerra. No processo de coleta dos dados, evidenciou-se as nuances do emprego e do treinamento realizado, comparando-os com os cenários de empregos levantados. O relatório da pesquisa concretizou-se através da pesquisa bibliográfica através do estudo das diversas documentações da ONU e da FAB que versão sobre o assunto. O método utilizado na investigação foi o hipotético-dedutivo, que levou a formulação da hipótese de que o preparo realizado entre 2018 e 2022 pelas Unidades Aéreas ofertadas a ONU não proporcionam os conhecimentos necessários para as Operações militar de não-guerra. A principal contribuição deste trabalho está na proposta da necessidade de readequação do Exercício Conjunto (EXCON) Tápio. Concluiu-se que a FAB deve adequar o seu treinamento a realidade encontrada hoje nas missões de paz da ONU.

**Palavras-chave:** FAB; ONU; MOOTW; Tápio.

## **ABSTRACT**

*This study proposes an analysis of the training conducted by the air units offered to the United Nations (UN), in the event of a possible deployment of the Brazilian Air Force (BAF) in peacekeeping missions. The purpose is to detail the scenarios, tasks, and actions that should be part of the training regimen and compare them to current training methods. Initially, the research recounts Brazil's experience in Congo in 1960 and provides an understanding of non-war operations. During data collection, important aspects of the roles and the associated training were noted, comparing these to the identified operational scenarios. The research report was assembled by reviewing a variety of UN and BAF documents related to the topic. The investigation employed the hypothetical-deductive method, leading to the hypothesis that the training conducted by the Air Units assigned to the UN between 2018 and 2022 might not supply the necessary understanding for non-war military operations. A significant contribution of this study is the suggestion for the need to adjust the Joint Exercise (EXCON) Tápio. The conclusion drawn from the study implies that the BAF ought to refine its training protocols to be more congruent with the prevailing circumstances in UN peacekeeping missions.*

**Keywords:** BAF; UN; MOOTW; Tápio.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Ciclo de inteligência em uma missão de paz. ....	19
Figura 2 – Organização e hierarquia das entidades de inteligência. ....	19
Figura 3 – Módulos de treinamento de pré-desdobramento para missões de paz.....	26
Figura 4 – Aplicações do poder aeroespacial pelo espectro da paz e da guerra. ....	28
Figura 5 – Gerações da guerra.....	31
Gráfico 1 – Recursos destinados à aplicação de meios aéreos em operações de paz da ONU.	22
Quadro 1 – Tarefas listadas no UNMUM correlacionadas com a DCA 1-1.....	24
Quadro 2 – Ações treinadas nos Exercícios Tápio.....	27

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>AOE</b>	<i>Assessment of the Operating Environment</i>
<b>AOR</b>	<i>Area of Operational Responsibility</i>
<b>Ap AA</b>	Apoio Aéreo Aproximado
<b>Ass Aet</b>	Assalto Aéreo Terrestre
<b>Atq</b>	Ataque
<b>ApAE</b>	Apoio às Ações de Estado
<b>CAA</b>	Controle Aéreo Aproximado
<b>CACEM</b>	Curso Avançado de Comando e Estado-Maior
<b>CSAR</b>	Busca e Salvamento em Combate
<b>CASEVAC</b>	<i>Casualty Evacuation</i>
<b>CAepc</b>	<i>Controle Aeroespacial</i>
<b>CCOPAB</b>	Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil
<b>COMPREP</b>	Comando de Preparo
<b>CONOPS</b>	Concepção de Operação
<b>CPTM</b>	Core Pre-deployment Training Materials
<b>C2</b>	Comando e Controle
<b>C3SI</b>	Controle, Comunicação e Sistemas de Informação
<b>CS</b>	Consciência Situacional
<b>DCA</b>	Diretriz do Comando da Aeronáutica
<b>ECEMAR</b>	Escola de Comando e Estado Maior da Aeronáutica
<b>EVAM</b>	Evacuação Aeromédica
<b>Exfl Ae</b>	Exfiltração Aérea
<b>EXCON</b>	Exercício Conjunto
<b>EMCFA</b>	Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas
<b>END</b>	Estratégia Nacional de Defesa
<b>FAB</b>	Força Aérea Brasileira
<b>FOB</b>	<i>Forward Operating Base</i>
<b>HIPPO</b>	<i>High-Level Independent Panel on United Nations Peacekeeping Operations</i>
<b>IAP</b>	<i>Information Acquisition Plan</i>
<b>INCAER</b>	Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica
<b>IDEX</b>	Instrução de Exercício
<b>Infl Ae</b>	Infiltração Aérea

<b>INT</b>	Interdição
<b>IPUNAER</b>	Instruções Preparatórias de Unidades Aéreas
<b>IR</b>	<i>Peacekeeping-Intelligence Requirements</i>
<b>IVR</b>	Inteligência, Vigilância e Reconhecimento
<b>MD</b>	Ministério da Defesa
<b>MEDEVAC</b>	<i>Medical Evacuation</i>
<b>MOOTW</b>	<i>Military Operations Other Than War</i>
<b>MPKIO</b>	<i>Military Peacekeeping-Intelligence Officers</i>
<b>NC</b>	Necessidade de Conhecer uma consciência situacional
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>ONUC</b>	<i>Opération des Nations Unies au Congo</i>
<b>OMP</b>	Operações de Manutenção de Paz
<b>PF</b>	Proteção da Força
<b>QG</b>	Quartel-General
<b>PSYOP</b>	Operações Psicológicas
<b>RTP</b>	<i>Reinforcement Training Packages</i>
<b>Rec Ae</b>	Reconhecimento Aeroespacial
<b>Rec Arm</b>	Reconhecimento Armado
<b>Rec Esp</b>	Reconhecimento Especial
<b>Rec Ae</b>	Ressuprimento Aéreo
<b>SAR</b>	Busca e Salvamento
<b>SC</b>	Sustentação ao Combate
<b>SPIE</b>	<i>Short Peacekeeping-Intelligence Estimate</i>
<b>STM</b>	<i>Specialized Training Materials</i>
<b>TCC</b>	<i>Troop Contributing Countries</i>
<b>TAL</b>	Transporte Aéreo Logístico
<b>Trnp Esp</b>	Transporte Especial
<b>UAV</b>	<i>Unmanned aerial system</i>
<b>UNPCRS</b>	<i>United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System</i>
<b>UNMUM</b>	<i>United Nations Peacekeeping Missions Military Aviation Unit Manual</i>
<b>VCEA</b>	Vigilância e Controle do Espaço Aéreo
<b>Vig Ae</b>	Vigilância Aérea

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>9</b>
<b>1.1</b>	<b>Hipóteses.....</b>	<b>13</b>
<b>1.2</b>	<b>Objetivos (Geral e Específicos) .....</b>	<b>13</b>
<b>1.3</b>	<b>Justificativa .....</b>	<b>14</b>
<b>2</b>	<b>METODOLOGIA .....</b>	<b>14</b>
<b>3</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>16</b>
<b>4</b>	<b>APRESENTAÇÃO DE DADOS E ANÁLISE DE RESULTADOS .....</b>	<b>17</b>
<b>4.1</b>	<b>Importância da Inteligência nas Operações de Paz da ONU .....</b>	<b>17</b>
4.1.1	Ciclo de Inteligência em uma Operação de Paz .....	18
4.1.2	Inteligência no Nível Tático em uma Operação de Paz .....	20
<b>4.2</b>	<b>Análise da Conjuntura das Operações de Paz.....</b>	<b>21</b>
<b>4.3</b>	<b>Capacidades Oferecidas pela FAB à ONU .....</b>	<b>23</b>
<b>4.4</b>	<b><i>Pre-Deployment Training</i> .....</b>	<b>25</b>
<b>5</b>	<b>ANÁLISE DOS DADOS .....</b>	<b>27</b>
<b>6</b>	<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>32</b>
	<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>34</b>

## 1 INTRODUÇÃO

A Organização das Nações Unidas (ONU), criada em outubro de 1945, para promover a cooperação internacional em prol da paz mundial, tem atuado desde o seu surgimento na intenção de impedir que ocorram conflitos armados no mundo.

Entre os diversos órgãos e instrumentos que a ONU possui para cumprir a sua função, vale destacar o Conselho de Segurança das Nações Unidas, responsável pelas Operações de Manutenção de Paz (OMP) e pela segurança internacional, bem como por autorizar ou não, por meio de suas resoluções, o emprego de tropas em Missões de Paz.

Após a Segunda Guerra Mundial, conforme as resoluções do seu Conselho de Segurança, a ONU participou com Forças de Manutenção de Paz de algumas crises, conflitos e brigas por territórios em diferentes áreas do planeta. Como exemplo, podemos citar a Crise de Suez, em 1956, episódio que contou com a participação de tropas brasileiras e ficou marcado como a primeira Missão de Paz da ONU da história da instituição.

Alguns anos mais tarde, em 21 de julho de 1960, o governo brasileiro designou o primeiro contingente de militares da Força Aérea Brasileira (FAB) para participar da missão de estabilização da segurança no Congo, missão que ficou conhecida como *Opération des Nations Unies au Congo* (ONUC).

De 1960 a 1964, a FAB enviou quatro contingentes, somando um total de 179 militares, que operaram aeronaves de asas fixas, *Douglas C-47*, e de asas rotativas, *Sikorsky H-19*, no cumprimento da missão de transporte e de resgate.

A ONUC, diferentemente das outras OMP da ONU que já tinham acontecido até então, foi a primeira Operação de Manutenção da Paz de *peace enforcement*, isto é, de imposição da paz. Além disso, a missão fez uso de todos os três principais elementos do poder aéreo, a saber: transporte, vigilância e combate. “Por esse motivo, o pessoal da ONU se vangloriou justamente de ter criado a primeira Força Aérea da ONU, apesar do uso de aeronaves para Transporte e Vigilância em missões anteriores da ONU” (DORN, 2014, p. 1).

A análise da participação da FAB na ONUC há cerca de 60 anos, com o intuito de buscar experiências aplicáveis em cenários futuros de emprego da Força sob a égide da ONU, permite perceber, com base nos relatos dos participantes, que a atividade de inteligência deixou um vazio na necessidade de conhecer (NC) de comandantes e tripulações, pois não havia elementos para a formação de uma consciência situacional (CS), e também não existia um canal que pudesse informar os perigos envolvidos nas missões cumpridas pelas tripulações.

Conforme descreve Estrada (2021):

Em palestra realizada no Encontro INCAER74 no ano de 1993, o Maj Brig Ar Bachá, que participou do Terceiro Contingente, recordou que usaram os conhecimentos adquiridos na Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) para criar uma Seção no Esquadrão de C-47, voltada para coletar informações de todos os destacamentos, com sala de *briefing* e relatórios padronizados para interrogatórios. Nesse encontro também estiveram presentes oficiais que participaram de outros contingentes. A partir de então, as esquadrilhas que participavam de qualquer operação recebiam o *briefing* e o *debriefing*. Desse modo, criou-se um banco de dados, onde todas essas informações eram adicionadas no mapa da situação do dia. (ESTRADA, 2021, p. 35).

O estudo do fato narrado acima e sua comparação com os relatórios de participações mais recentes da ONU em outras OMP evidenciam que a atividade de inteligência necessita evoluir nesse tipo de missão, consoante consta no *Reinforcement Training Packages* (RTP) para OMP da ONU para *Military Peacekeeping-Intelligence Officers* (MPKIO):

O relatório do General Santos Cruz de 2017, identifica um ambiente de manutenção da paz que apresenta grupos armados, terroristas, crime organizado, gangues de rua, exploração criminosa e política e outras ameaças contra as forças da ONU e populações civis. O relatório observou: “A era da manutenção da paz no estilo do Capítulo VI” acabou, mas as Nações Unidas e tropas/polícias, países contribuintes, ainda estão em geral, dominados por uma “Síndrome do Capítulo VI”. Se as Nações Unidas e os T/PCCs não mudarem sua mentalidade, assumindo riscos e mostrando disposição para enfrentar esses novos desafios, estarão conscientemente enviando tropas para o perigo. Para evitar baixas, as missões de manutenção da paz precisam de inteligência tática. As forças da ONU devem traduzir a inteligência em tarefas e ações que apoiem a segurança. Falta-nos o sistema básico de inteligência, gestão, redes de inteligência humana e consciência situacional. (UNITED NATIONS, 2020, p. ii, tradução nossa).

As palavras do Maj Brig Ar Bachá, como também a fala do General Santos Cruz em seu relatório encomendado pela ONU, versam sobre o contexto de OMP da Organização das Nações Unidas e retratam a ineficiência da instituição na área de inteligência, mesmo após 60 anos desde a primeira Força Aérea da Organização. Deve-se destacar que, nesse tipo de operação, a atividade de inteligência é vital para o pleno emprego das Forças Armadas e não pode ser negligenciada, também porque o preparo e o emprego em uma OMP são diferentes dos exigidos e feitos pelas Forças Armadas para uma guerra convencional.

Sobre o assunto, Hillen (1998) cita Martin van Creveld, que diz: “em um mundo onde quase todas as guerras são travadas não entre estados, mas dentro deles, muitos, senão a maioria, dos elementos do Poder Aéreo se tornaram inúteis e obsoletos”. (VAN CREVELD, 1999 apud HILLEN, 1998, p. 7).

Contudo, é importante ressaltar que, como indica a própria designação “operação de paz”, é inadequado considerá-la uma operação de guerra, mesmo que as circunstâncias possam parecer mais hostis. Isso leva ao entendimento de um outro conceito para esse tipo de operação: operação militar de não-guerra (*Military Operations Other Than War* – MOOTW).

Possivelmente, o que poderia explicar a ineficiência na área de inteligência durante tanto tempo em OMP é o envio de tropas preparadas para guerra, quando o correto seria o emprego de tropas preparadas para operações de não-guerra. As normas que regem uma operação de guerra são bem diferentes das que orientam uma operação militar de não-guerra, assim como o são suas restrições. Essas particularidades levam à necessidade de adequar o preparo e o emprego dos elementos do poder aéreo a outro conceito de operação.

As Operações de Manutenção de Paz da ONU são uma entre vários tipos de operações militares de não-guerra e, dentro desse escopo, Hillen (1998), em seu texto *Peacekeeping at the Speed of Sound*, retrata a experiência americana em MOOTW e traz o seguinte acerca do tema:

É importante notar que as restrições do poder aéreo na OOTW se aplicam apenas aos elementos coercitivos do poder aéreo — grande parte dos elementos ou a maior parte da teoria e da doutrina do poder aéreo. Outros elementos da potência aérea americana, como transporte, logística e abastecimento, coleta de inteligência, comando e controle (C2), reconhecimento e vigilância e operações psicológicas (PSYOP), provaram ser decisivos em muitas OOTWs nas quais os Estados Unidos não poderiam usar a força aérea coercitiva. (HILLEN, 1998, p. 7, tradução nossa).

Frente à observação de Hillen (1998), fica evidente que, em OMP, por ser uma operação militar de não-guerra, serão mais decisivas as tarefas de Força Aérea de Inteligência, Vigilância e Reconhecimento (IVR), Sustentação ao Combate (SC), Comando, Controle, Comunicação e Sistemas de Informação (C3SI), Proteção da Força (PF) e Apoio às Ações de Estado (ApAE) do que as tarefas de Força Aérea de Controle Aeroespacial (CAepc) e Interdição (INT). No cenário em discussão, por não haver guerra, existem restrições aos elementos coercitivos do poder aéreo.

Essa análise coincide com o que a *Doutrina Militar de Defesa* fala do emprego das Forças Armadas em operação militar de não-guerra: “São aquelas que, embora empregando o Poder Militar, no âmbito interno e externo, não envolvem o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais, onde este poder é usado de forma limitada”. (BRASIL, 2007, p. 43).

É possível relacionar a observação de Hillen (1998), a exposição de Maj Brig Ar Bachá e o relatório do General Santos Cruz ao que foi dito por Dorn (2011), segundo o qual o monitoramento é um elemento central de todos os mandatos de manutenção da paz da ONU. Sabendo disso, é factível dizer que o preparo e o emprego da tarefa de IVR na OMP, por exemplo, é mais urgente que as demais tarefas, pois, como consta no relatório do General Santos Cruz: “As forças da ONU devem traduzir a inteligência em tarefas e ações que apoiem a segurança”. (UNITED NATIONS, 2020, p. ii, tradução nossa).

Diante das observações apresentadas sobre a atuação da ONU em missões, momentos e lugares distintos, como a experiência dos Estados Unidos em MOOTW, é mister saber se as unidades aéreas ofertadas à ONU estão sendo treinadas visando ao emprego em operação militar de não-guerra.

Em face dos dados revelados, a FAB, por ser a detentora das aeronaves adjudicadas à ONU, deve ajustar o preparo de suas unidades que irão participar de OMP para cumprir também operação militar de não-guerra. Isso porque o Brasil é um dos países que contribuem com tropas para a ONU — *troop contributing countries* (TCC) —, por meio do Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas (UNPCRS, sigla em inglês para *United Nations Peacekeeping Capabilities Readiness System*), portanto é obrigado a capacitar o seu efetivo de acordo com os diversos cenários que poderão ser encontrados nas missões, conforme consta no *Core Pre-deployment Training Materials* (CPTM). Segundo o CPTM, a fase de *Pre-Deployment Training* é de responsabilidade exclusiva do Brasil. (UNITED NATIONS, 2017).

Com vistas a cumprir essa obrigação, o Brasil delega às Forças Singulares o preparo do seu efetivo que irá participar de OMP da ONU, mediante o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA), por meio da Instrução Normativa n. 7/EMCFA-MD, de 15 de outubro de 2020, que estabelece a coordenação para a disponibilização de capacidades em Forças de Paz no UNPCRS.

Frente aos fatos manifestados e às legislações em vigor, os compromissos assumidos pela FAB com a ONU, em 2017, previram a possibilidade do emprego, em missões de paz, de aeronaves de caça A-29 Super Tucano, de helicópteros H-60 Black Hawk e da aeronave de transporte SC-105 Amazonas. Nesse contexto, coube à FAB preparar esse efetivo para operação militar de não-guerra, para o caso de a Força ser acionada para o concreto emprego dos meios.

Na FAB o órgão responsável pelo preparo das tropas é o Comando de Preparo (COMPREP), que elaborou o Exercício Conjunto (EXCON) Tápio, que visa preparar as tropas para operarem em cenários ONU. Com o início em 2018, sendo último em 2022.

Diante dessa conjunção de fatores, a pesquisa está limitada pelas aeronaves ofertadas a ONU, pelas atividades da fase de *Pre-Deployment Training* e pelo que foi treinado no Exercício Tápio no período de 2018 a 2022. Levando as limitações da pesquisa.

Conforme dito por Dorn (2014 apud SANTOS, 2017), o preparo para operações de paz exige um protocolo complementar à capacitação técnica e profissional desenvolvida pelas Forças Aéreas ao longo do processo de formação de seus efetivos. Dada a especificidade do

propósito a que se destina, esse processo demanda a orientação doutrinária baseada nas melhores práticas e lições aprendidas ao longo de décadas de operações de paz, visando capacitar os recursos humanos em vias de compor unidades aéreas militares para atuar em cenários instáveis de diversidade cultural em meio à crise humanitária, típicos de tais operações.

Perante a conjuntura apresentada, o trabalho proposto pretende responder ao seguinte questionamento a ser investigado: como o preparo realizado pelas unidades aéreas ofertadas à ONU atende as necessidades de operação militar de não-guerra diante da possibilidade de emprego da FAB em missões de paz?

### **1.1 Hipóteses**

Para responder ao questionamento apresentado, será delineada uma pesquisa construída sobre a hipótese de que o preparo realizado entre 2018 e 2022 pelas unidades aéreas ofertadas à ONU não proporciona os conhecimentos necessários para as operações militares de não-guerra.

### **1.2 Objetivos (Geral e Específicos)**

Considerando a hipótese identificada, o objetivo geral deste trabalho é identificar se o preparo realizado entre 2018 e 2022 pelas unidades aéreas ofertadas à ONU atende as necessidades de operação militar de não-guerra, diante da possibilidade de emprego da FAB em missões de paz.

Para direcionar as ações a serem praticadas, foram relacionados os seguintes objetivos específicos (OE):

- a) OE1 – analisar a importância da inteligência nas operações de paz da ONU;
- b) OE2 – analisar a conjuntura das operações de paz;
- c) OE3 – elucidar as ações de Força Aérea atribuídas à FAB de acordo com o *United Nations Peacekeeping Missions Military Aviation Unit Manual (UNMUM)* e compatibilizar os conceitos e as doutrinas existentes nas legislações da FAB com o que versa a ONU;
- d) OE4 – analisar cursos e treinamentos realizados na fase de *Pre-deployment Training* ocorridos entre 2018 e 2022;
- e) OE5 – comparar as ações previstas e necessárias para as operações militares de não-guerra com o que foi treinado e ministrado nas unidades aéreas entre 2018 e 2022;

### 1.3 Justificativa

A participação do Brasil em missões de paz é citada no artigo 4º da Constituição Federal. Em atenção a essa premissa, o Ministério da Defesa, por meio das três Forças Armadas sob seu comando, aprestou tropas para que pudessem ser empregadas nesse tipo de conflito, bem como escreveu manuais e desenvolveu técnicas, táticas e procedimentos para o emprego de tropas nesse tipo de missão.

Com base nesta citação, a Estratégia Nacional de Defesa (END) define que:

Adicionalmente às atribuições constitucionais, as três Forças deverão ter condições de atuar, de forma singular ou conjunta, em operações internacionais, quer de caráter expedicionário, de operações de paz ou de ajuda humanitária, para atender a compromissos assumidos pelo País ou para salvaguardar os interesses brasileiros no exterior, dessa forma, contribuir com os objetivos da política externa exercida pelo Brasil. (BRASIL, 2016a, p. 73).

Em atenção a esse compromisso, o Estado brasileiro possui o registro de diversas capacidades ofertadas para o eventual emprego em operações de paz, entre elas três unidades aéreas militares dotadas das aeronaves A-29 Tucano, H-60L Black Hawk e C-295 Casa.

Em sintonia com esse delineamento, o estudo em tela mostra-se relevante na medida em que a FAB busca ampliar sua representatividade em missões de paz, sobretudo com o envio de aeronaves.

Caso se confirme a hipótese proposta neste estudo, será mister levantar a possibilidade da elaboração de uma Concepção de Operação para o emprego da FAB (CONOPS FAB) em missões de paz da ONU, ou discutir a atualização das instruções ministradas na fase de *Pre-deployment Training* no que tange às operações militares de não-guerra, ou ainda propor sugestões na área de operações militares de não-guerra, com vistas a atualizar doutrinas, manuais, técnicas, táticas e procedimentos relativos à execução dessa atividade nas unidades aéreas da FAB.

## 2 METODOLOGIA

A presente pesquisa se propõe a analisar a literatura relacionada ao tema, com base na visão do Dr. Walter Dorn. O foco da pesquisa se concentra principalmente em dois de seus livros: *Keeping Watch: Monitoring, Technology and Innovation in UN Peace Operations* (DORN, 2011) e *Air Power in UN Operations: Wings for Peace* (DORN, 2014).

A pesquisa também perpassa o conjunto de orientações e referências relacionadas no documento *Reinforcement Training Packages (RTP) for United Nations Military Peacekeeping-Intelligence Officers (MPKIO) for United Nations Peace Operations*, de autoria do Departamento de Operações de Paz da ONU. (UNITED NATIONS, 2020).

Para entender o funcionamento da ONU, também serão analisados os manuais *United Nations Military Peacekeeping-Intelligence Handbook* (UNITED NATIONS, 2019a) e *United Nations Peacekeeping Missions Military Aviation Unit Manual* (UNITED NATIONS, 2021), que fornecem elementos para compreender a sincronização das atividades da ONU com o emprego da aviação. Desse modo, pretende alcançar o Objetivo Específico 1.

Na busca de insumos para a construção de cenários futuros para um possível emprego da FAB, serão analisados os relatos descritos no livro “A Participação da FAB na Missão de Paz da ONU na República Democrática do Congo” (ESTRADA, 2021), nos documentos conhecidos como Relatório Brahimi (UNITED NATIONS, 2000), Relatório HIPPO (UNITED NATIONS, 2015) e Relatório Cruz (CRUZ; PHILLIPS; CUSIMANO, 2017), como também em artigos do *International Peace Institute* (IPI). Documentos que geraram subsídios para Objetivo Específico 2.

Visando à elucidação das tarefas oferecidas pela FAB no UNPCRS, foi usado como base o estabelecido no *United Nations Military Aviation Unit Manual*, o qual trata das tarefas elencadas para cada capacidade oferecida. Em paralelo, será realizada uma adequação de conceitos e doutrinas entre o que dizem as legislações da FAB e o que versa a ONU. Caminho pelo qual se deseja alcançar o Objetivo Específico 3.

Será examinado o preparo das unidades aéreas da FAB entre 2018 e 2022, assim como serão analisados os cursos ministrados pelo Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB) nas unidades aéreas em questão, em conjunto com os treinamentos realizados com foco em missão de paz. Trabalho executado com a intenção de revelar o Objetivo Específico 4.

Após o estabelecimento das competências treinadas e das que deveriam ser treinadas, será analisado de que forma o preparo realizado entre 2018 e 2022, pelas unidades aéreas ofertadas à ONU, atende as necessidades para as operações militares de não-guerra dos meios de Força Aérea desdobrados no terreno diante da possibilidade de emprego da FAB em missões de paz.

Por oportuno, será possível identificar os riscos e os óbices envolvidos, tais como as consequências advindas do não atendimento às capacidades exigidas pela ONU ou ao emprego da tropa, em caso de não realização das atividades de operações militares de não-guerra, como identificou Hillen (1998) em seus estudos. Descrição que será feita no tópico 5, Análise de dados, que logrará o Objetivo Específico 5.

Quanto à classificação da pesquisa segundo sua finalidade, trata-se de pesquisa aplicada, por ser voltada à aquisição de conhecimentos com vistas à aplicação numa situação

específica. Já segundo seus propósitos, a pesquisa em tela é classificada como exploratória, pois tem como propósito proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses. Ainda, no que tange aos métodos empregados, esta pesquisa é de natureza documental, por se valer de toda sorte de documentos, elaborados com finalidades diversas, tais como: assentamento, autorização, comunicação etc.

Por fim, a análise de livros, manuais e documentos será qualitativa, uma vez que a pesquisa se concentra em explorar a perspectiva dos atores, suas experiências e percepções, em vez de medir variáveis objetivas.

### 3 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial teórico do estudo abrange as teorias baseadas na aplicação do poder aeroespacial em OMP, conforme proposto por Hillen (1998) e Dorn (2011 e 2014). No ensejo da temática aeroespacial, também se toma como base o artigo de Lind (2005), que discorre sobre guerra de quarta geração.

O estudo proposto por Hillen (1998), *“Peacekeeping at the speed of sound: the relevance of Airpower Doctrine in Operations other than war”*, examina o papel do poder aéreo em operações não bélicas (*Operations Other Than War – OOTW*), especificamente no contexto das missões de manutenção da paz.

Lind (2005) apresenta o conceito de guerra de quarta geração, para descrever um tipo de guerra que se afasta do modelo tradicional de confronto entre nações-Estado, em direção a um cenário em que atores não estatais, como grupos insurgentes ou terroristas, desempenham um papel fundamental.

Sobre a aplicação do poder aeroespacial em OMP, o referencial teórico deste estudo baseia-se nos trabalhos do Dr. Walter Dorn, que fornece uma visão das questões envolvidas nas operações de paz da ONU. Seu enfoque no emprego do poder aeroespacial e na aplicação de tecnologias de monitoramento e inovação oferece uma base sólida para a análise das capacidades e dos desafios enfrentados pelas missões de paz no cenário global atual.

Em seu livro: *“Air Power in UN Operations: Wings for Peace”*, Walter Dorn aborda o papel e a importância do poder aeroespacial nas operações de paz da ONU. Já na obra *“Keeping Watch: Monitoring, Technology, and Innovation in UN Peace Operations”*, o pesquisador examina o papel crítico das tecnologias de monitoramento e inovação nas operações de paz da ONU.

Por conseguinte, a análise dos relatos e dos referenciais propostos tem como intenção elucidar a necessidade do preparo para as operações militares de não-guerra, em contextos de missões de paz da ONU. Assim, destaca-se a relevância do treinamento de unidades militares aéreas para operações de paz, elencando esse tipo de operação como um componente essencial do treinamento para a aplicação do poder aeroespacial.

Por fim, em seu livro *The Cloak and the Blue Beret*, Walter Dorn chega à seguinte conclusão: “Muitas falhas na história das operações de campo da ONU poderiam ter sido evitadas se a ONU tivesse adotado uma abordagem mais direta à inteligência e possuísse um mandato mais forte para coletar informações e melhorar seu sistema de coleta de informações” (DORN, 1998, p. 437 - 438).

#### **4 APRESENTAÇÃO DE DADOS E ANÁLISE DE RESULTADOS**

A seguir, serão apresentados os dados e comentários referentes aos mesmos, para permitir um melhor entendimento da complexidade de uma OMP e a preparação referente a ela. Para tal, esta seção foi dividida em 4 subtítulos que correspondem por 4 dos 5 objetivos específicos da pesquisa. Sendo assim, a melhor maneira de iniciar é ressaltar a importância da inteligência nas operações de paz da ONU.

##### **4.1 Importância da Inteligência nas Operações de Paz da ONU**

Em uma operação de manutenção de paz, cada pacificador pode efetivamente atuar como um agente de coleta de inteligência. Com acesso direto à região de conflito e amplo engajamento com a comunidade local, esses pacificadores estão em condições de reunirem informações sobre movimentações de tropas e incidentes que transbordam fronteiras ou ocorrem entre grupos distintos.

Apesar da crescente necessidade, considerações de ordem política superaram as tentativas prévias de formalizar práticas de inteligência dentro da estrutura da ONU. Alguns governos interpretam a aplicação de táticas de inteligência pela ONU como uma forma de espionagem contra seus respectivos Estados-membros.

Na direção oposta, há muitas evidências de campo e de estudos acadêmicos de que o monitoramento da ONU, por mais imperfeito que seja, ajuda a prevenir conflitos, a promover a cooperação entre partes em conflito, a reduzir os medos injustificados e as suposições e, no pior dos casos, a reduzir os problemas de trapaça e desinformação. (LINDLEY, 2007).

Segundo Dorn (2011), para realizar essas muitas tarefas, as forças de paz da ONU devem localizar e interceptar embarques de armas clandestinas, monitorar possíveis infrações

aos processos de paz, descobrir a evidência de atrocidades para tribunais e até mesmo governar grandes territórios durante períodos de transição.

Na Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC), entre 1960 e 1964, foi feito um esforço para adaptar a estrutura de manutenção da paz da Primeira Força de Emergência das Nações Unidas (UNEF) para um cenário diferente do de Suez. A ONU se encontrou sem um marco inicial para a elaboração do planejamento para a missão da ONUC. Na ausência de uma estrutura de inteligência própria, a Organização precisou recorrer à informação de líderes do Congo e de Estados-membros focados nos próprios interesses para realizar a função de coleta de inteligência. Essa situação impediu os planejadores da ONU de alcançarem uma visão completa da situação no terreno, de modo que eram incapazes de determinar com precisão os requisitos de tropas, equipamentos e mandatos. Portanto, quando a ONUC foi instaurada, em 1960, o mandato da missão era preservar a integridade territorial do Congo e supervisionar a retirada de mercenários belgas. No entanto, a partir de novembro de 1961 até o término da operação, em 1964, o papel da ONUC passou a ser suprimir a rebelião na província de Katanga. (MACEDA, 2007).

De acordo com Dorn e Bell (1995), a ONUC ficou sem qualquer capacidade de inteligência em seus primeiros seis meses. Ao mesmo tempo, a ONU não recebeu nenhuma inteligência de seus membros. (DORN; BELL, 1995).

O que aconteceu na ONUC é um exemplo do que acontece quando a atividade de inteligência é negligenciada. Nessas circunstâncias, o comandante não consegue reunir os dados para torná-los informação e, com isso, formar um conhecimento capaz de estruturar uma boa decisão. Como esse processo acontece em todos os níveis, do estratégico ao tático, causa desorientação no processo decisório em todos eles, vide o caso da ONUC.

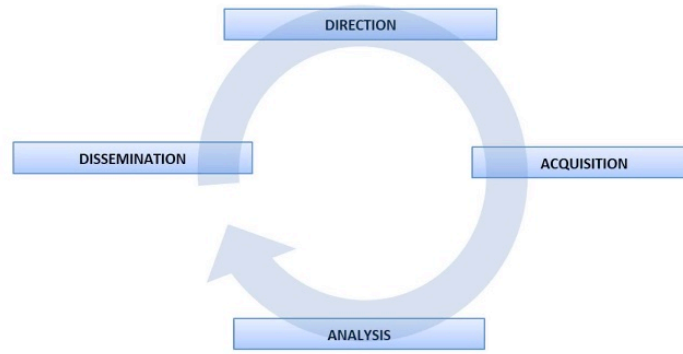
A necessidade de preparo para o emprego de inteligência no nível tático é importante não só para a ONU, mas para o comando da unidade também, mesmo que ela não contribua para o sistema de inteligência da Organização. No mínimo, o comandante de nível tático, em qualquer missão, terá de executar a ação Proteção da Força. (BRASIL, 2020d). Para melhor entendimento do que é inteligência nas missões de paz da ONU, é preciso compreender como é o ciclo de inteligência em uma missão de paz.

#### 4.1.1 Ciclo de Inteligência em uma Operação de Paz

O ciclo de inteligência em uma missão de paz (traduzido de *UN Peacekeeping-Intelligence Cycle*) é a forma como a ONU conduz a inteligência militar em uma missão de manutenção da paz e, embora possa diferir da metodologia dos países-membros, é composto

de quatro etapas: direção, aquisição, análise e disseminação, conforme a Figura 1.

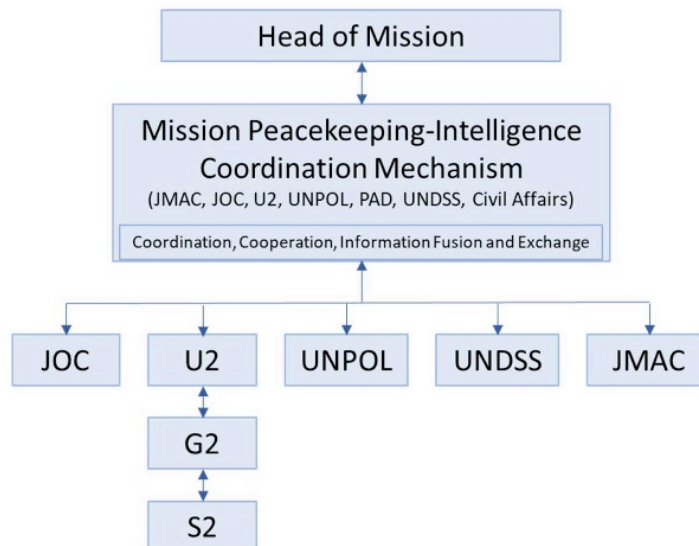
**Figura 1** – Ciclo de inteligência em uma missão de paz.



**Fonte:** United Nations (2019, p. 22).

Para entender a Figura 1, é importante saber que esse ciclo se desenvolve nos níveis estratégico, operacional e tático, sendo que as entidades de inteligência das missões da ONU têm nomes específicos em diferentes níveis: no nível QG da Força, a nomenclatura é U2; no nível Setorial de uma área com algumas unidades, é G2; e no nível Batalhão, é S2. Isso permite que eles produzam inteligência em seus níveis e se encaixem na arquitetura da ONU, de acordo com Figura 2. É relevante salientar que a entidade do nível S2 (Batalhão) é o mesmo nível usado para as unidades aéreas.

**Figura 2** – Organização e hierarquia das entidades de inteligência.



**Fonte:** United Nations (2019, p. 11).

Após a apresentação da organização e da hierarquia das entidades de inteligência, é necessário focar na inteligência no nível tático, especificamente nos processos, nos produtos e nas competências inerentes a uma unidade aérea desdobrada em missão, pois toda informação que pode ser coletada deve contribuir para o processo decisório do comandante da unidade

tática e para a própria ONU.

#### 4.1.2 Inteligência no Nível Tático em uma Operação de Paz

A inteligência tática é indispensável em operações de paz, uma vez que não só apoia o comandante local, como também fortalece a estrutura e o ciclo de inteligência. Por mais que operem no nível mais básico, a sua importância não pode ser subestimada, pois as informações táticas, mesmo aquelas não processadas, podem ter relevância estratégica.

A seção de inteligência de uma unidade tática que compõe uma missão de manutenção da paz, conhecida como S2, tem a tarefa de aumentar a consciência situacional, a segurança e a proteção do pessoal da ONU, bem como de informar atividades e operações relacionadas à proteção de civis. (UNITED NATIONS, 2019).

Como é do nível Batalhão/unidade aérea, a estrutura da S2 não é definida pela ONU no *United Nations Military Peacekeeping-Intelligence Handbook* (MPKI). Não obstante, a Organização sugere regras e responsabilidades para a atividade da S2 no seu nível de atuação, descritas a seguir:

Papéis e responsabilidades da seção S2:

- Gerencia o Ciclo MPKI do Batalhão, de acordo com a Política de Inteligência de Manutenção da Paz e este Manual, através das fases de direcionamento, aquisição, análise e disseminação. Isso é para garantir que o processo de tomada de decisão do Comandante do Batalhão seja totalmente apoiado por produtos de inteligência de manutenção da paz oportunos, sucintos e relevantes;
- Garante que suas atividades de aquisição de informações sejam conduzidas em apoio à Prioridade Setorial e outros *Peacekeeping-Intelligence Requirements* (IRs). Para esse fim, a seção S2 manterá um *Information Acquisition Plan* (IAP) totalmente alinhado com os IRs da Sede Setorial. Isso será atualizado regularmente;
- Garante que os ativos de aquisição apropriados sejam encarregados de adquirir informações relevantes;
- Assegura que todas as informações recebidas sejam reunidas em um banco de dados central e estejam disponíveis para o pessoal relevante;
- Mantém seu próprio cadastro de fontes e cadastra suas fontes no G2;
- Produz produtos de inteligência de manutenção da paz oportunos, relevantes, concisos e preditivos para apoiar a implementação efetiva do mandato relacionado à proteção do pessoal da ONU e civis, conforme necessário;
- Identifica tendências relevantes;
- Suporta todas as operações com uma *Short Peacekeeping-Intelligence Estimate* (SPIE);
- Conduz uma *Assessment of the Operating Environment* (AOE) completa e Análise de Atores para toda a *Area of Operational Responsibility* (AOR), de acordo com as diretrizes do Capítulo 9;
- Garante que uma AOE completa e uma Análise de Atores sejam realizadas por todas as unidades subordinadas até o nível da Empresa, ou sempre que um novo *Forward Operating Base* (FOB) for estabelecido. Um AOE detalhado deve ser realizado para todas as áreas de interesse para o componente militar, incluindo: Proteção de locais civis, todos os FOBs e outras áreas relacionadas à implementação do mandato, e conforme orientação do Comandante da Força;
- Trabalha com o Conselheiro Militar de Gênero e Proteção, se os recursos permitirem no nível do Setor, para garantir que uma perspectiva de gênero e proteção seja integrada em todos os produtos de inteligência de manutenção da paz;

- Garante que todas as informações relevantes e inteligência de manutenção da paz sejam fornecidas aos Quartéis-Genais (QG) superiores e subordinados em tempo hábil. (UNITED NATIONS, 2019, p. 16-17, tradução nossa).

A despeito da estrutura de inteligência que a FAB conceberá para as suas unidades deslocadas em uma OMP, ela deve ser capaz de conduzir todas as atribuições previstas pela ONU. Em vista do universo de conhecimentos abarcados nas tarefas e atividades descritas como papéis e responsabilidades da seção S2, faz-se necessário o treinamento da atividade de inteligência nos exercícios que compõem o treinamento das unidades aéreas para missão de paz.

Como foi dito no relatório do General Santos Cruz:

A era da manutenção da paz no estilo do Capítulo VI acabou, mas as Nações Unidas e tropas/polícias, países contribuintes, ainda estão em geral, dominados por uma Síndrome do Capítulo VI. Se as Nações Unidas e os T/PCCs não mudarem sua mentalidade, assumindo riscos e mostrando disposição para enfrentar esses novos desafios, estarão conscientemente enviando tropas para o perigo. (UNITED NATIONS, 2020, p. ii, tradução nossa)

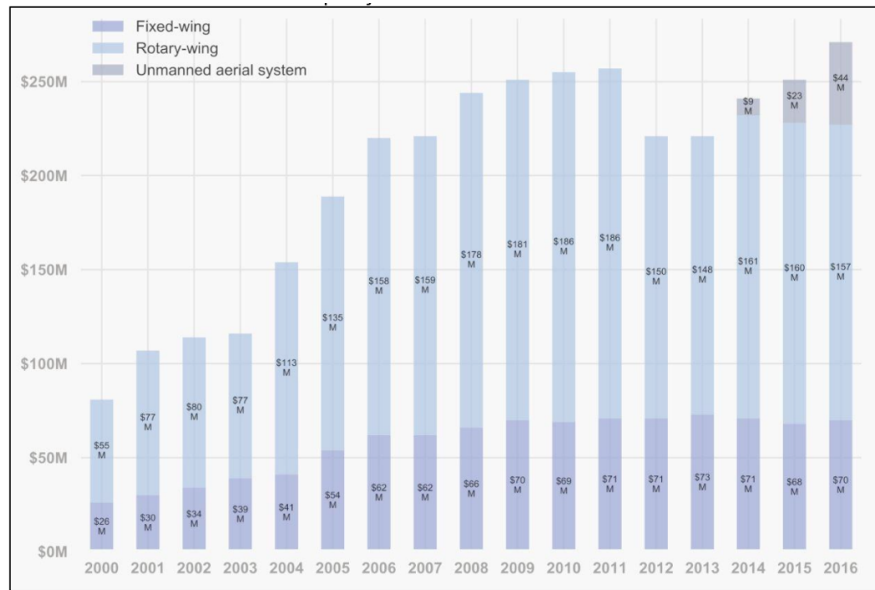
Para que histórias como a da ONU não se repetissem, a ONU encomendou um estudo chamado Relatório Brahimi, que pediu melhorias nas atividades de inteligência. Com o relatório, a Organização passou a buscar entender o que precisava ser feito para melhorar a segurança nas missões de paz, bem como para mudar o cenário das operações de paz.

## **4.2 Análise da Conjuntura das Operações de Paz**

A estrutura de missão de paz que conhecemos hoje começou a ser concebida em 2000, com a publicação do Relatório Brahimi. Entre 2000 e 2016, como mostra o Gráfico 1, a ONU ampliou exponencialmente o emprego da aviação em operações de paz.

Em termos de recursos, o relatório propôs várias melhorias, que incluíam melhores preparação e treinamento para as tropas da ONU, melhoria dos sistemas de logística e criação de uma capacidade de inteligência dentro da Organização para ajudar a informar as operações de paz. O gráfico deixa isso evidente quando se observa o investimento em *Unmanned aerial system* (UAV) a partir de 2014, meio aéreo fundamental para obter inteligência.

**Gráfico 1** – Recursos destinados à aplicação de meios aéreos em operações de paz da ONU.



**Fonte:** Novosseloff (2017, p. 3).

Já em 2015, a ONU publicou o *High-Level Independent Panel on United Nations Peacekeeping Operations*, conhecido como Relatório HIPPO, conforme já mencionado anteriormente. Entre os pontos-chave, o relatório destacou a proteção dos civis como uma prioridade central para todas as operações de paz da ONU, pedindo melhor preparação e apoio para as tropas da Organização encarregadas dessa tarefa.

Em tempo, o relatório de 2015 também recomendou o gerenciamento de informações. Entretanto, a ONU não possuía sistema para a aquisição, análise e operacionalização de informações para operações de paz em ambientes complexos.

Poucos anos depois, um ataque contra uma base da ONU na República Democrática do Congo, que matou vários *peacekeepers*, em 2017, levou o secretário-geral a encomendar um relatório sobre a segurança das forças de paz da ONU — o qual ficou conhecido como Relatório Santos Cruz ou *Cruz Report* —, que visa melhorar a segurança das operações de manutenção da paz da ONU.

Em 2022, entre as 15 (quinze) OMP existentes, o Brasil estava presente em 11 (onze). No entanto, só no referido ano morreram nessas missões 32 membros das forças de manutenção da paz das Nações Unidas por ataques deliberados. Os números dos anos anteriores são: 25 mortos (2021); 15 mortos (2020); 28 mortos (2019); 34 mortos (2018); 71 mortos (2017); 32 mortos (2016); 51 mortos (2015); 61 mortos (2014); 58 mortos (2013); 37 mortos (2012); 35 mortos (2011); e 15 mortos (2010). (UNITED NATIONS, 2023).

Hoje, em 2023, como dito pelo secretário-geral, António Guterres, no discurso de 75 anos da ONU:

o cenário no qual as forças de manutenção da paz da ONU operam é o mais perigoso desde o final da Segunda Guerra Mundial. As tensões geopolíticas em nível global repercutem localmente. Os conflitos são mais complexos. As forças da paz estão enfrentando terroristas, criminosos e grupos armados que têm acesso a armas e tecnologias modernas e poderosas, além de interesse em perpetuar o caos e a instabilidade. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS [ONU], 2023, n. p.).

O cenário atual, descrito no discurso do secretário-geral, somado ao grande número de mortos em atentados a militares em operações da ONU, explicita a necessidade de saber quais são as capacidades oferecidas à Organização para direcionar o preparo para emprego da FAB.

### 4.3 Capacidades Oferecidas pela FAB à ONU

A unidade de aviação militar a serviço da ONU deve ser organizada, equipada e capaz de lidar com uma abundância de requisitos. A organização e as capacidades resultantes de cada unidade de aviação militar dependem necessariamente dos requisitos exclusivos de cada missão e mandato da ONU. As especificidades de capacidades, o conceito de emprego, as tarefas, a estrutura genérica, o efetivo de pessoal e o número de aeronaves, organização e equipamentos deverão ser discutidos entre a FAB e a ONU antes do envio das unidades. (UNITED NATIONS, 2021).

As funções e responsabilidades necessárias ao funcionamento interno de uma unidade de aviação devem ser organizadas e incluem: segurança de voo; planejamento da missão; manutenção; operações de plantão; médico; ligação; logística/administração; segurança terrestre; segurança e suporte para as áreas de implantação de aeronaves; meteorologia — porém, não estão limitadas a estas. (UNITED NATIONS, 2021).

Apesar de a ONU não interferir no recrutamento dos militares que irão participar da missão de paz, existe um número mínimo e máximo de militares. Entretanto, o Brasil, como TCC (*troop contributing countries*), deve dimensionar a sua tropa para que ela seja capaz de suprir todas as necessidades das unidades aéreas, inclusive a de proteção da própria força, como também a de inteligência, por exemplo.

No caso específico da atividade de inteligência, vale evidenciar que as unidades receberão o apoio dos militares que trabalham na U2 do componente militar da missão da ONU. Todavia, a ONU espera que a inteligência no nível tático, a S2, consiga executar técnicas, táticas e procedimentos necessários para a unidade operar.

As missões atribuídas a cada tipo de unidade aérea ofertada pela FAB à ONU estão descritas no *United Nations Peacekeeping Missions Military Aviation Unit Manual* (UNMUM) e seguem apresentadas no Quadro 1.

Para que se possa definir o que foi treinado, foi realizada uma adequação de conceitos e doutrinas entre o que dizem as legislações da FAB e o que versa a ONU, em congruência com o trabalho de Fernandes (2022), “Unidades aéreas da FAB e o emprego em missões de paz da ONU: uma análise doutrinária de preparo”.

**Quadro 1** – Tarefas listadas no UNMUM correlacionadas com a DCA 1-1.

Aeronaves	UNMUM	DCA 1-1
H-60	SURVEILLANCE AND RECONNAISSANCE	IVR / VIG AE / VCEA / REC AE / REC ESP / REC ARM
	AIR PATROLS	REC AE / ALEVOO
	AIR ASSAULT/QUICK REACTION OPERATIONS	INFL AE / AÇ DIR
	HELICOPTER LANDING SITE RECONNAISSANCE	VIG AE / VIG AE / REC ESP
	JOINT OPERATIONS	OP CONJ
	SEARCH AND RESCUE	SAR / CSAR
	CSAR	CSAR
	CIMEX	EXFL AE
	CASEVAC	CASEVAC
	MEDEVAC	MEDEVAC
	PASSENGER TRANSPORTATION	TAL / TRNP ESP
c-105	AIRLIFT	RESUP AE / ASSAET / INFL AE
	CASEVAC	CASEVAC
	MEDEVAC	MEDEVAC
	PASSENGER TRANSPORTATION	TAL / TRNP ESP
	CARGO TRANSPORTATION	TAL / RESUP AE
A-29	FIRE SUPPORT TO UN GROUND FORCES	AP AA / ATQ / CAA
	INTERDICTION/NEUTRALIZATION OF HOSTILE ELEMENTS OR WEAPONS, PARTICULARLY AS PART OF PROTECTION OF CIVILIANS	REC ARM
	AREA SURVEILLANCE AND RECONNAISSANCE	IVR / VIG AE / VCEA / REC AE / REC ESP / REC ARM
	ESCORT	ESCOLTA
	FIRE SUPPORT TO SEARCH AND RESCUE OPERATIONS	AP AA / ATQ / CAA

**Fonte:** Fernandes (2022, p. 16-17).

Vale enfatizar que por vezes uma capacidade definida pela ONU representa mais de uma ação de Força Aérea definida na DCA 1-1. Ainda assim, o recebimento e a elaboração de produtos de inteligência, como pasta de alvos, e o conhecimento de doutrinas, manuais, técnicas, táticas e procedimento relativos à execução dessa atividade nas unidades aéreas da FAB devem ser uma capacidade existente em militares na esfera da unidade aérea que irão para a ONU. Salienta-se que as responsabilidades da S2 serão as mesmas, independentemente da estrutura da unidade aérea.

Dessa maneira, se a unidade faz IVR, ela deve ser capaz de conduzir essa ação por meios próprios. Ainda, se a unidade não cumpre missões de IVR, ela não pode estar plenamente apta a oferecer a capacidade de *Surveillance and Reconnaissance* à ONU.

Oportunamente, não se pode esquecer a ação de Proteção da Força (PF), pois, em qualquer ambiente de uma OMP, a tropa tem de, no mínimo, ser capaz de se proteger.

Isso é importante saber, uma vez que impacta tanto no treinamento das unidades, como na concepção dos exercícios e do treinamento do *Pre-deployment Training*. De modo semelhante, influencia na definição da estrutura e das pessoas que a FAB pode levar para uma OMP.

#### **4.4 *Pre-Deployment Training***

O *Pre-deployment Training* é um componente-chave da preparação de pessoal para manutenção da paz, sendo crucial para garantir a segurança e eficácia dessas missões.

A fim de padronizar e melhorar a qualidade do treinamento no pré-desdobramento, a ONU desenvolveu vários recursos e guias de treinamento, como o *Core Pre-deployment Training Materials* (CPTM) e o *Specialized Training Materials* (STM).

No entanto, a principal responsabilidade pelo treinamento no pré-desdobramento é dos Estados-membros, que contribuem com tropas para as operações da ONU. A Organização complementa isso com treinamento adicional após o desdobramento, na área da missão, consoante evidencia a Figura 3.

No Brasil, o CCOPAB é a instituição militar nacional responsável pela preparação de militares, policiais e civis para atuarem em operações de paz e ajuda humanitária sob a égide das Nações Unidas ou de outros organismos internacionais.

Segundo Santos (2017), para as unidades da FAB atuarem em operações de paz, foi definido que os militares das unidades aéreas participassem das seguintes atividades: Instruções Preparatórias de Unidades Aéreas (IPUNAER) e Exercício Tápico, correspondente à 1ª etapa da Figura 3.

**Figura 3** – Módulos de treinamento de pré-desdobramento para missões de paz.



Fonte: CCOPAB (2022, p. 67).

As IPUNAER concentram-se no aprimoramento do treinamento doutrinário de pilotos, tripulantes e equipes de apoio, visando à sua atuação nas operações de manutenção de paz das Nações Unidas, como parte integrante das unidades aéreas militares.

O programa de instrução, com duração de duas semanas, na modalidade presencial, divide-se em duas etapas: a primeira dedica-se aos temas abordados no conteúdo do *Core Pre-Deployment Training Material* (CPTM), e a segunda etapa volta-se aos tópicos contidos no *United Nations Specialized Training Material for Military Aviation Unity* e no *United Nations Peacekeeping Missions Military Aviation Unit Manual*.

Contudo, o aprimoramento de competências e atitudes específicas para missões de paz é objetivo do COMPREP e o principal objetivo do Exercício Conjunto (EXCON) Tápico.

Ao longo do exercício, são praticadas ações de Força Aérea, antecipando uma possível participação da FAB em missões de paz da ONU. Os militares e os equipamentos são posicionados em um contexto de guerra não convencional, em que o confronto ocorre contra forças insurgentes ou paramilitares, e não entre dois Estados soberanos.

Nas instruções do Exercício Conjunto (EXCON) Tápico realizado de 2018 a 2022, constam as ações que as unidades aéreas e de infantaria devem treinar. O Quadro 2 apresenta o resultado com as ações treinadas, separadas por projeto e por ano do exercício.

**Quadro 2** – Ações treinadas nos Exercícios Tápio.

Ano	Projeto	Ações	Ano	Projeto	Ações	Ano	Projeto	Ações		
2018	A-29	CAA	2019	A-29	CAA	2020	A-29	CAA		
		SAR			SAR			SAR		
		ESCORT			ESCORT			ESCORT		
	AP AA	ATQ		APP AA						
	C-105	INFL AE		AP AA	C-105		INFL AE	TAL	H-60	TAL
		ENFL AE		EXFL AE			EXFL AE	RESUP AE		
		TAL		TAL			ASSAET	INFL AE		
		ASSAET		ASSAET			ASSAET	ASSAET		
		EVAM		EVAM			EVAM	TAL		
		RESUP AE		RESUP AE			RESUP AE	CSAR		
	H-60	INFL AE		H-60	INFL AE		INFL AE			
		EXFL AE			EXFL AE		EXFL AE			
		SAR			SAR		SAR			
		CSAR			CSAR		CSAR			
		EVAM			EVAM		EVAM			
Ano	Projeto	Ações	Ano	Projeto	Ações					
2021	A-29	CAA	2022	A-29	CAA					
		SAR			SAR					
		ESCORT			ESCORT					
		APP AA			APP AA					
	ATQ	ATQ		C-105	REC ARM					
	TAL	INFL AE			INFL AE					
	RESUP AE	CSAR			CSAR					
	ASSAET	CSAR			CSAR					
	H-60	INFL AE		H-60	EVAM	EVAM				
		TAL			INFL AE	INFL AE				
		CSAR			EXFL AE	EXFL AE				

Fonte: O autor.

Na esfera do trabalho em tela, considera-se que, se a ação foi treinada, a unidade está apta a realizá-la em caso de emprego na ONU. Em uma primeira observação do Quadro 2, já se identifica que, nas atividades de IVR e Proteção da Tropa, não foi treinada a capacidade de *Surveillance And Reconnaissance* por completo.

## 5 ANÁLISE DOS DADOS

O conceito de operação de não guerra, ou *Military Operations Other Than War* – MOOTW, foi introduzido no Brasil em 2007 pela *Doutrina Militar de Defesa* (BRASIL, 2007). Contudo, até a edição de 2020 da DCA 1-1, *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira* (BRASIL, 2020c), os termos em tela não estavam definidos nem citados. Todavia, independentemente de como seja feita a aplicação do poder aéreo nesse tipo de operação pela FAB, vale o que consta na *Doutrina Militar de Defesa*.

O emprego das FA ocorre nas seguintes situações: [...] não guerra São aquelas que, embora empregando o Poder Militar, no âmbito interno e externo, não envolvem o combate propriamente dito, exceto em circunstâncias especiais, onde este poder é usado de forma limitada.

- garantia dos poderes constitucionais.
- garantia da lei e da ordem.
- atribuições subsidiárias.
- prevenção e combate ao terrorismo.
- ações sob a égide de organismos internacionais.
- emprego em apoio à política externa em tempo de paz ou crise.
- outros empregos de não guerra. (BRASIL, 2007, p. 43).

Lind (2005) propõem um artigo em que define as gerações das guerras. A primeira geração da guerra moderna, marcada por táticas de linha e coluna, se caracterizou por batalhas formais e campos de batalha organizados. A guerra de segunda geração surgiu como resposta à contradição existente entre a cultura da ordem e o cenário militar. Seu objetivo principal era o desgaste do adversário e a sua doutrina foi sintetizada pelos franceses na frase: “a artilharia conquista, a infantaria ocupa”. A terceira geração de guerra, que também é fruto da primeira guerra mundial, foi desenvolvida pelo exército alemão e é mais comumente conhecida como blitzkrieg ou guerra de manobra. Por fim, na guerra de quarta geração, o estado perde seu monopólio sobre a guerra. (Lind, 2005)

Hillen (1998) executou um estudo das diferentes aplicações do poder aeroespacial ao longo do espectro de conflitos, em situação de paz e em situação de guerra, e destacou uma zona cinzenta, uma intersecção, como mostra a Figura 4. Nesse estudo, é possível perceber a factibilidade da aplicação do poder aeroespacial tanto no espectro da paz, quanto no da guerra, com efetividade moderada, desde que haja preparo e doutrina para o emprego do poder aeroespacial nas OMP.

**Figura 4** – Aplicações do poder aeroespacial pelo espectro da paz e da guerra.



**Fonte:** Hillen (1998 apud SANTOS, 2017, p. 35).

A maior contribuição de Hillen (1998), no trabalho citado acima, foi mostrar que muitas das missões, tarefas e ações treinadas para guerra também servem em operação de não-guerra. O que muda é que operações de guerra e operações de não-guerra têm características distintas no direito internacional. A principal diferença entre elas reside no estado formal de guerra, em oposição à ausência dele, e na maneira como as leis internacionais são aplicadas. Isso também implica diferenças em termos de regras de engajamento, responsabilidades legais, proteção dos direitos humanos e responsabilização por violações das leis de guerra ou dos direitos humanos.

Por isso, é considerável entender os conceitos de guerra irregular e de operação de não guerra, pois as características do emprego militar mudam rapidamente, e os dois conceitos são muito similares e nebulosos, o que pode levar a alguma confusão.

Vale ressaltar que o conceito de guerra irregular também não está presente na edição de 2020 da DCA 1-1, *Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira* (BRASIL, 2020c). Neste trabalho, será usada a definição que consta na *Doutrina Militar de Defesa*: “Conflito armado executado por forças não regulares ou por forças regulares empregadas fora dos padrões normais da guerra regular, contra um governo estabelecido ou um poder de ocupação, com o emprego de ações típicas da guerra de guerrilhas [...]”. (BRASIL, 2007, p. 24).

A outra grande contribuição de Hillen (1998), não menos importante, foi evidenciar que, quando o poder aéreo sofre enorme restrição ao emprego da força, característica de operação de não guerra, outros elementos do poder aéreo, como transporte, logística e abastecimento, coleta de inteligência, comando e controle (C2), reconhecimento e vigilância e operações psicológicas (PSYOP), provaram ser mais decisivos que os ataques cinéticos massivos.

Essa percepção contraria a proposta de John Boyd e John Warden III — pensadores da terceira geração da guerra que defendem a ideia de paralisia estratégica pela supressão da capacidade de decisão do oponente, em decorrência de ações próprias, variadas e rápidas, capazes de congestionar a capacidade de ação e reação do adversário — e se aproxima da visão de Robert Pape Jr. — o qual, revendo as posições sobre paralisia estratégica, entendeu que o poder aéreo deve ser direcionado contra o poder militar inimigo (DCA 1-1 – Volume 1). (BRASIL, 2020c).

A visão de Robert Pape Jr. pode ser enquadrada como guerra de quarta geração, segundo a definição de Lind (2005) e o enquadramento da DCA 1-1. Lind (2005) argumenta que as forças militares tradicionais são mal equipadas para lidar com a guerra de quarta geração. Ele propõe uma abordagem mais flexível e adaptativa, que inclui a participação de

múltiplos atores, como agências de inteligência, forças policiais, organizações não governamentais e populações locais. Ele também destaca a importância de vencer a batalha da percepção pública e de influenciar as narrativas em conflitos assimétricos.

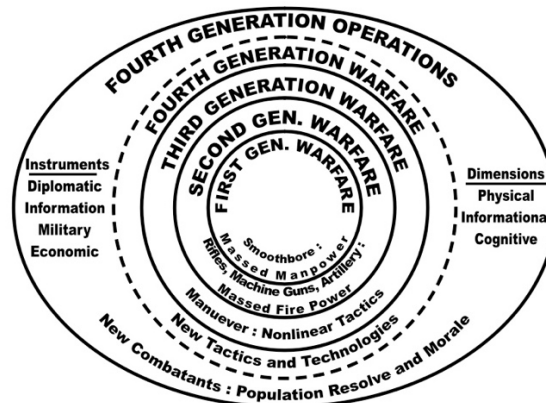
Conforme Lind (2005), as características comuns da guerra de quarta geração incluem o uso extensivo de táticas assimétricas, como guerrilha, terrorismo, sabotagem e propaganda. Esses conflitos tendem a ser prolongados, com objetivos políticos e ideológicos, em substituição à conquista territorial tradicional. Além disso, a guerra de quarta geração geralmente ocorre em ambientes urbanos e utiliza intensivamente a tecnologia de informação e comunicação.

Lind (2005) diz que “Uma chave para o sucesso na guerra de Quarta Geração talvez seja perder para vencer” e, ainda, que “aquele que vence nos níveis táticos e físicos pode perder nos níveis operacionais, estratégico, mental e moral. Onde se decide a guerra de quarta geração”. A análise do pensamento de Lind (2005) revela sua proximidade com o pensamento de Hillen (1998), de modo a evidenciar a ideia de que tropas treinadas para a guerra convencional têm o seu desempenho comprometido em guerras de quarta geração e operações de não-guerra.

Pelas peculiaridades da guerra de quarta geração, ela é o que mais se aproxima de uma operação de não-guerra, como as missões de paz da ONU. Isso porque, na Organização, não se quer vencer as guerras, dado que, no caso do Brasil, só é possível participar com tropas na ONU na fase de manutenção de paz; o que se quer, em uma missão de paz, assim como na guerra de quarta geração, é conquistar corações e mentes, para que a ONU possa seguir para a fase de construção da paz. Por isso, é importante que o treinamento não foque só em cenários de guerra irregular, como é o caso do Exercício Tápio que prepara para a OMP. (BRASIL, 2018, 2019, 2020b, 2021, 2022) O Exercício Tápio deve focar em cenários de guerra de quarta geração e operações de não-guerra, evidenciando as diferenças legais entre ambas, maximizando o treinamento e aumentando a efetividade do Exercício Tápio.

A análise do Exercício Tápio indica que o não treinamento de IVR e PF para o treinamento de CAA, ATQ e AA Ap restringe o exercício à terceira geração de guerra. A grande diferença entre a terceira e a quarta geração não são apenas as táticas distintas, mas a cultura militar: o militar da terceira geração enfoca em novas táticas e tecnologias, enquanto o de quarta geração foca na determinação e moral da população — como descreve a Figura 5.

Figura 5 – Gerações da guerra.



Fonte: Artelli e Deckro (2008, p. 227).

A Figura 5 também mostra que, na quarta geração de guerra, o reconhecimento dos outros quatro instrumentos de poder — diplomacia, informações, militares e economia — é necessário para o entendimento das três dimensões do ambiente operacional: física, informacional e cognitiva. Isso indica que essas três dimensões interagem dentro das operações de quarta geração por meio dos instrumentos do poder para alcançar os objetivos.

Tendo em vista que, comumente, as OMP ocorrem em nações com as estruturas do Estado destruídas e com o inimigo misturado à população local, não existe muito espaço para atuar na dimensão física e cognitiva, o que faz da dimensão informacional a melhor ferramenta. Tal fato expõe a percepção de que, para conseguir vitórias mediante os instrumentos diplomático, informacional, militar e econômico, será preciso atuar na dimensão informacional.

Após a exposição e a análise de dados, pode-se perceber que o treinamento em inteligência para atuar na dimensão informacional é o caminho para levar o foco do Exercício Tápico de uma guerra de terceira geração para uma guerra de quarta geração. Nesse diapasão, a falta de legislação na FAB que defina o que é uma missão de paz da ONU prejudica o preparo e o emprego das unidades à disposição da Organização. Somando-se tudo isso à conjuntura das missões de paz, fica evidente que o treinamento do Exercício Tápico tem de mudar para que os resultados e a segurança das tropas fiquem em níveis mais adequados à realidade atual.

Por fim, como resultado da apresentação dos dados, buscou-se responder o questionamento norteador da pesquisa: como o preparo realizado pelas unidades aéreas ofertadas à ONU atende as necessidades de operação militar de não-guerra diante da possibilidade de emprego da FAB em missões de paz? Conclui-se que a maneira como o preparo é feito hoje não atende às necessidades de operação militar de não-guerra diante da possibilidade de emprego da FAB em missões de paz.

## 6 CONCLUSÃO

Esse trabalho teve a intenção de entender as necessidades da FAB em Operação militar de não-guerra diante da possibilidade de emprego em Missões de Paz, para que o Estado Brasileiro possa cumprir os compromissos assumidos com a ONU, a partir de 2017.

Para esse fim, foi definido o seguinte objetivo da pesquisa: analisar se o preparo realizado entre 2018 e 2022 pelas Unidades Aéreas ofertadas à ONU atende as necessidades de Operação militar de não-guerra, diante da possibilidade de emprego da FAB em Missões de Paz.

Para atingir o objetivo da pesquisa, foi definida a hipótese de que o preparo realizado entre 2018 e 2022 pelas Unidades Aéreas ofertadas a ONU não proporcionam os conhecimentos necessários para as Operações militar de não-guerra.

Para admitir ou refutar essa hipótese, na introdução do trabalho usa-se a experiência vivida pela FAB na ONU na década de 60 para contextualizar as dificuldades oferecidas por uma OMP. Feito um salto no tempo, ainda na introdução, é apresentada as experiências mais recentes da ONU descritas no CRUZ Report. Contrapondo as duas ideias anteriores mostradas na introdução, surgiu o questionamento a ser investigado: como o preparo realizado pelas Unidades Aéreas ofertadas à ONU, atende as necessidades de Operação militar de não-guerra diante da possibilidade de emprego da FAB em Missões de Paz?

Mais adiante, no desenvolvimento do trabalho, onde houve a apresentação de dados e análise dos resultados, foram apresentadas 5(cinco) seções relativas aos objetivos específicos.

No item 4.1, referente ao objetivo específico 1, foi comentado a importância da inteligência nas operações de paz da ONU. Na oportunidade, comentou-se sobre inteligência no nível tático em uma operação de paz e sobre ciclo de inteligência em uma operação de paz, bem como todo esse processo interfere no processo decisório.

Na seção 4.2, referente ao objetivo específico 2, passamos a analisar a conjuntura das operações de paz. A análise permitiu concluir quais os perigos as tropas de paz podem encontrar, mostrou o rumo dos investimentos em aviação e evidenciou o grande número de mortos ocorridos nas missões da ONU.

No tópico 4.3, referente ao objetivo específico 3, seguimos para elucidar as ações de Força Aérea atribuídas a FAB de acordo com United Nations Peacekeeping Missions Military Aviation Unit Manual (UNMUM) e compatibilizar os conceitos e doutrinas existente nas legislações da FAB com o que versa a ONU. Na tabela 1, foram apresentados os dados mostrando que algumas tarefas da ONU correspondem a mais de uma ação de força aérea.

Deixando a entender que em algumas tarefas não poderemos executar plenamente.

Na parte 4.4, referente ao objetivo específico 4, na fase de Pre-Deployment Training, fica evidente que a tarefa mais demandada, que é a de IVR, não foi treinada.

No ponto 5, referente ao objetivo específico 5, foi feita a análise dos dados. Na oportunidade foi construído o caminho que leva ao entendimento que o treinamento atual está ultrapassado e que precisa migrar para um treinamento com foco em guerra de quarta geração.

Após a análise dos dados, foi possível atingir o objetivo proposto, que é analisar se o preparo realizado entre 2018 e 2022 pelas Unidades Aéreas ofertadas à ONU atende as necessidades de Operação militar de não-guerra, diante da possibilidade de emprego da FAB em Missões de Paz. Em base disso, admite-se a hipótese de que o preparo realizado entre 2018 e 2022 pelas Unidades Aéreas ofertadas a ONU não proporcionam os conhecimentos necessários para as Operações militar de não-guerra.

A confirmação da hipótese corrobora com a ideia do referencial teórico, Walter Dorn, que defende a importância do uso responsável e efetivo da força militar em operações de paz da ONU. Promovendo a ideia de que o uso da força deve ser restrito aos objetivos estritos e autorizados pelo Conselho de Segurança da ONU, com uma ênfase em minimizar os danos colaterais e proteger os civis. Dorn, também enfatiza a importância do monitoramento e relatórios precisos para garantir a transparência e a responsabilidade nas operações de paz.

Com base em tudo que foi exposto, foi evidente que existe duas grandes áreas de estudos, que deixo como sugestão: Operações de não-guerra e guerra de quarta geração.

Com base em tudo que foi dito, depreende-se que a pesquisa não conseguiu explorar todo o espectro e toda a gama de missões de paz, como também todo o preparo necessário para uma OMP. É necessário deixar claro que os treinamentos das unidades não se restringem só ao Exercício Conjunto (EXCON) Tápico, mas ele surge em 2018 com o objetivo de treinar as unidades aéreas para ONU. Deixando subentendido que é necessário aprofundar a formação e o treinamento de cada membro que vai servir a ONU, focando no cenário que ele será empregado.

Conclui-se ao final do trabalho, que o emprego de unidades aéreas na ONU desempenha um papel fundamental no cumprimento dos objetivos e mandatos da organização em todo o mundo. Principalmente em um cenário de guerra de quarta geração que é caracterizado por uma diversidade de atores, táticas assimétricas, uso intensivo de tecnologia e uma forte presença na esfera da informação. Nesse cenário, capacidades de mobilidade, vigilância e projeção de poder permitem a rápida resposta a ameaças emergentes.

## REFERÊNCIAS

- ARTELLI, M. J.; DECKRO, R. F. Fourth generation operations: principles for the ‘long war’. **Small Wars & Insurgencies**, Londres, v. 19, n. 2, p. 221-237, 2008. DOI: 10.1080/09592310802061372.
- BRASIL. Constituição 1988. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Emendas Constitucionais de Revisão. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, [2022]. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 26 abr. 2023.
- BRASIL. Lei complementar n. 97, de 9 de junho de 1999. Dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas. **Diário Oficial da União**. Brasília, DF, 10 jun. 1999. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/LCP/Lcp97.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp97.htm). Acesso em: 26 abr. 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando de Preparo. Instrução de Exercício. **ExOp Tápio I**. Brasília: Ministério da Defesa, 2018.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando de Preparo. Instrução de Exercício. **ExCon Tápio II**. Brasília: Ministério da Defesa, 2019.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando de Preparo. Instrução de Exercício. **ExCon Tápio III**. Brasília: Ministério da Defesa, 2020b.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando de Preparo. Instrução de Exercício. **ExCon Tápio IV**. Brasília: Ministério da Defesa, 2021.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Comando de Preparo. Instrução de Exercício. **ExCon Tápio V**. Brasília: Ministério da Defesa, 2022.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior do Comando da Aeronáutica. Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume 1. Aprovada pela Portaria GABAER n. 1224/GC3, de 10 de novembro de 2020. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 205, de 12 de novembro de 2020. Brasília, DF, 2020c. Disponível em: [https://www2.fab.mil.br/unifa/ppgca/images/conteudo/D-QBRN/DCA\\_1-1\\_DOCTRINA\\_BSICA\\_DA\\_FORA\\_AREA\\_BRASILEIRA\\_-\\_VOLUME\\_1\\_2020.pdf](https://www2.fab.mil.br/unifa/ppgca/images/conteudo/D-QBRN/DCA_1-1_DOCTRINA_BSICA_DA_FORA_AREA_BRASILEIRA_-_VOLUME_1_2020.pdf). Acesso em: 5 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. Estado-Maior do Comando da Aeronáutica. Doutrina Básica da Força Aérea Brasileira – Volume 2. Aprovada pela Portaria GABAER n. 1225/GC3, de 10 de novembro de 2020, **Boletim do Comando da Aeronáutica**, n. 205, de 12 de novembro de 2020. Brasília, DF, 2020d. Disponível em: [https://www2.fab.mil.br/unifa/ppgca/images/conteudo/D-QBRN/DCA\\_1-1\\_DOCTRINA\\_BSICA\\_DA\\_FORA\\_AREA\\_BRASILEIRA\\_-\\_VOLUME\\_2\\_2020.pdf](https://www2.fab.mil.br/unifa/ppgca/images/conteudo/D-QBRN/DCA_1-1_DOCTRINA_BSICA_DA_FORA_AREA_BRASILEIRA_-_VOLUME_2_2020.pdf). Acesso em: 5 jul. 2023.
- BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Glossário das Forças Armadas. 5. ed. Aprovado pela Portaria Normativa n. 9/GAP/MD, de 13 de janeiro de 2016. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 14, de 21 de janeiro de 2016b. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/141>. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Instrução Normativa n. 7, de 15 de outubro de 2020. Estabelece a coordenação para a disponibilização de capacidades em Forças de Paz no Sistema de Prontidão de Capacidades de Manutenção de Paz das Nações Unidas. **Boletim do Comando da Aeronáutica**. Brasília, DF, 2020a.

Disponível em:

<https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/servlet/INPDFViewer?jornal=515&pagina=12&data=21/10/2020&captchafield=firstAccess>. Acesso em: 26 abr. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Manual de Operações de Paz. 3. ed. Aprovado pela Portaria Normativa n. 2.090/MD, de 12 julho de 2013. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, n. 134, de 15 de julho de 2013, seção 2, p. 120. 2013. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/171>. Acesso em: 5 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. **Estratégia nacional de defesa**. Versão sob apreciação do Congresso Nacional. Lei Complementar n. 97/1999, art. 9º, § 3º. Brasília, DF, 2016a. p. 15-46. Disponível em: [https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado\\_e\\_defesa/copy\\_of\\_pnd\\_e\\_end\\_2016.pdf](https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/estado_e_defesa/copy_of_pnd_e_end_2016.pdf). Acesso em: 7 jul. 2023.

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria de Política, Estratégia e Assuntos Internacionais. Doutrina Militar de Defesa. 2. ed. Aprovada pela Portaria Normativa n. 113/SPEAI/MD, de 1º de fevereiro de 2007. **Boletim do Comando da Aeronáutica**, Brasília, DF, nº 006/MD 2007. Disponível em: <http://bdex.eb.mil.br/jspui/handle/123456789/135>. Acesso em: 5 jul. 2023.

CENTRO CONJUNTO DE OPERAÇÕES DE PAZ DO BRASIL. **Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil (CCOPAB)**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 2022. Disponível em: <https://lojavirtual.bibliex.eb.mil.br/wp-content/uploads/2021/ebooks/CCOPAB.pdf>. Acesso em: 14 jun. 2022.

CRUZ, C. A. S.; PHILLIPS, W.; CUSIMANO, S. **Improving security of United Nations peacekeepers: we need to change the way we are doing business** [Independent report]. [S. l.]: United Nations Peacekeeping, 2017. Disponível em: [https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/improving\\_security\\_of\\_united\\_nations\\_peacekeepers\\_report.pdf](https://peacekeeping.un.org/sites/default/files/improving_security_of_united_nations_peacekeepers_report.pdf). Acesso em: 26 abr. 2023.

DORN, A. W. The cloak and the Blue Beret: limitations on intelligence in UN peacekeeping. **International Journal of Intelligence and Counterintelligence**, Londres, v. 12, n. 4, p. 414-447, 1999. DOI: 10.1080/088506099304981.

DORN, A. W. **Keeping watch: monitoring, technology and innovation in UN peace operations**. New York: United Nations University Press, 2011.

DORN, A. W. **Air power in UN operations: wings for peace**. United Kingdom: Ashgate Publishing Ltd., 2014.

DORN, A. W.; BELL, D. J. H. Intelligence and peacekeeping: the UN operation in the Congo 1960-64. **International Peacekeeping**, Londres, v. 2, n. 1, p. 11-33, 1995. DOI: 10.1080/13533319508413535.

ESTRADA, B. M. S. D. **A participação da FAB na Missão de Paz da ONU na República Democrática do Congo**. Rio de Janeiro: INCAER, 2021.

FERNANDES, F. N. **Unidades aéreas da FAB e o emprego em missões de Paz da ONU: uma análise doutrinária de preparo.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (TCC do Curso de Comando e Estado-Maior). Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR) – Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2022.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 7. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

HILLEN, J. Peacekeeping at the speed of sound: the relevancy of airpower doctrine in operations other than war. **Airpower Journal**, Alabama, p. 7-16, 1998. Disponível em: <https://apps.dtic.mil/sti/pdfs/ADA529485.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2023.

LIND, W. Compreendendo a guerra de quarta geração. **Military Review – Brazilian**, Kansas, v. LXXXV, n. 1, 2005. Disponível em: <https://cgsc.contentdm.oclc.org/digital/collection/p124201coll1/id/1114/>. Acesso em: 5 jul. 2023.

LINDLEY, D. **Promoting peace with information: transparency as a tool of security regimes.** Princeton: Princeton University Press, 2007.

MACEDA, S. E. **Dysfunction junction: intelligence, peacekeeping, and the United Nations.** 2007. Thesis (Master of Arts in Security Studies – Security Stabilization and Reconstruction) – Naval Postgraduate School, Monterey, 2007.

NÓBREGA, I. Mantenedores da paz: em 75 anos, 55 mil militares brasileiros participaram em missões de paz da ONU. *In*: BRASIL. Ministério da Defesa. **Centrais de Conteúdo.** Notícias. [S. l.]: Ministério da Defesa, 2023. [n. p.]. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/centrais-de-conteudo/noticias/mantenedores-da-paz-em-75-anos-55-mil-militares-brasileiros-participaram-em-missoes-de-paz-da-onu>. Acesso em: 15 jun. 2023.

NOVOSSELOFF, A. **Keeping peace from above: air assets in UN peace operations.** New York: International Peace Institute, 2017.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. Brasil [Equipe de país]. Centro de Imprensa. Notícias. **75 anos das forças de manutenção da Paz das Nações Unidas.** [S. l.]: Nações Unidas Brasil, 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/233793-75-anos-das-for%C3%A7as-de-manuten%C3%A7%C3%A3o-da-paz-das-na%C3%A7%C3%B5es-unidas>. Acesso em: 30 maio 2023.

SANTOS, P. H. N. **O preparo de unidades aéreas para operações de paz: uma questão estratégica.** 2017. 85 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Ciências Aeroespaciais) – Universidade da Força Aérea, Rio de Janeiro, 2017.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. Department of Field Support. **Comprehensive review of the whole question of peacekeeping operations in all their aspects (Brahimi Report).** New York: United Nations, 2000.

UNITED NATIONS. **Report of the High-level Independent Panel on United Nations Peace Operations on Uniting our strengths for peace: politics, partnership and people.** New York: United Nations, 2015.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. Department of Field Support. Integrated Training Service. **Core pre-deployment training materials (CPTM) for United Nations Peacekeeping Operations**. New York: United Nations, 2017.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. **UN Military Peacekeeping-Intelligence Handbook (UN MPKI HB)**. 1st. ed. New York: United Nations, 2019a.

UNITED NATIONS. Department of Peace Operations. Department of Operational Support. **Peacekeeping Capability Readiness System (PCRS): guidelines**. New York: United Nations, 2019b.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. Integrated Training Service. **Reinforcement Training Packages (RTP) for United Nations Military Peacekeeping-Intelligence Officers (MPKIO) for United Nations peace operations**. New York: United Nations, 2020.

UNITED NATIONS. Department of Peacekeeping Operations. **United Nations Peacekeeping Missions Military Aviation Unit Manual**. 2nd. ed. New York: United Nations, 2021.

UNITED NATIONS. Meetings Coverage and Press Releases. **At least 32 peacekeeping, associated personnel killed in malicious attacks during 2022, United Nations staff union president says**. [S. l.]: United Nations, 2023. Disponível em: <https://press.un.org/en/2023/org1730.doc.htm>. Acesso em: 30 maio 2023.